



**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio  
Terceira Câmara Criminal**

93

CONFLITO DE JURISDIÇÃO Nº 0001603-12.2013.8.17.0000 (0296121-9)  
SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DO 1º JUIZADO  
ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE  
CARUARU  
SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL  
DA COMARCA DE CARUARU  
PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ  
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA. LESÃO LEVE QUALIFICADA  
PELA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (ART. 129, §9º, CP).  
OFENDIDO GENITOR DO RÉU. PENA EM ABSTRATO  
SUPERIOR A 2 (DOIS) ANOS DE DETENÇÃO.  
INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS.  
APRECIÇÃO E JULGAMENTO AFETOS AO JUÍZO  
CRIMINAL COMUM, *IN CASU*, O JUÍZO SUSCITADO.  
CONFLITO PROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME.**

I – O fato de a Lei nº. 11.340/06 haver majorado a reprimenda do § 9º, do art. 129, do CP, não afasta a sua incidência quando o ofendido for do sexo masculino, seja porque não houve qualquer alteração das elementares do tipo, já em vigor ao tempo de sua publicação, ou em razão de ter a Lei Maria da Penha promovido modificações visando também a tutela de outras situações de vulnerabilidade, a exemplo dos portadores de deficiência.

II - Tendo o acusado sido denunciado pelo crime definido no § 9º, do art. 129, do CP, cuja pena em abstrato é superior a 02 (dois) anos, não é competente ao julgamento da causa o 1º Juizado Especial Criminal, por não se tratar de crime de menor potencial ofensivo, sendo apto à apreciação do feito o Juízo Criminal Comum, *in casu*, o Suscitado.

III - À unanimidade, julgou-se procedente o conflito de jurisdição, para reconhecer a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru.

*OK*



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos do Conflito de Jurisdição nº. 0001603-12.2013.8.17.0000 (0296121-9) como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em julgar procedente o presente conflito, para reconhecer como competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru para apreciação do feito**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 13.03.2013

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**

95

CONFLITO DE JURISDIÇÃO Nº 0001603-12.2013.8.17.0000 (0296121-9)  
SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DO 1º JUIZADO  
ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE  
CARUARU  
SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL  
DA COMARCA DE CARUARU  
PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ  
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

**RELATÓRIO**

Cuida-se de conflito negativo de jurisdição suscitado pelo Juízo de Direito do 1º Juizado Especial Criminal de Caruaru em face do Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal daquela Comarca, no processo-crime nº. 0010019-2012.8.17.0480, onde **Josenilson Nelson Barbosa** foi denunciado como incurso nas penas do art. 129, § 9º, do CPB, por ter agredido fisicamente, com golpes de facão, seu genitor Nelson Severino Barbosa, atingindo-lhe o rosto e o pescoço.

Às fls. 71/73, o suscitante, em epígrafe, afasta o julgamento da causa, por entender que o tipo penal imputado ao acusado (art. 129, § 9º, CP) tem incidência não somente nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, mas a todas as lesões corporais praticadas contra descendente, ascendente, irmão, cônjuge ou companheiro e, em sendo a pena máxima cominada superior a 02 (dois) anos, não teria competência para a apreciação e julgamento da causa.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**

26  
6

O suscitado, por sua vez, às fls. 60/61, determinou a redistribuição do feito ao juízo suscitante, ao argumento de que não sendo a vítima do sexo feminino, a conduta imputada ao réu seria a tipificada no art. 129, *caput*, do CP, cuja pena privativa de liberdade máxima é de 01 (um) ano, enquadrando-se nas hipóteses de crime de menor potencial ofensivo, sendo a competência afeta aos Juizados Especiais Criminais.

A Procuradoria de Justiça em matéria criminal ofertou parecer às fls. 87/89, opinou pelo procedência do presente conflito de jurisdição, reconhecendo-se a competência do Juízo suscitado.

Em seguida, vieram os autos conclusos para julgamento.

É o relatório.

Recife, 13-03-2013

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**

97

CONFLITO DE JURISDIÇÃO Nº 0001603-12.2013.8.17.0000 (0296121-9)  
SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DO 1º JUIZADO  
ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE  
CARUARU  
SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL  
DA COMARCA DE CARUARU  
PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ  
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

**VOTO**

O tipo penal em referência já estava em vigor bem antes da Lei Maria da Penha, uma vez que o § 9º do art. 129 foi inserido no Código Penal pela Lei nº. 10.886/04, publicada em 18/06/2004.

Logo, não há como prevalecer a tese de que a conduta descrita no mencionado parágrafo somente incida nas hipóteses de violência doméstica e familiar contra a mulher, em razão da lei nº. 11.340/06 ter majorado o preceito secundário do artigo de lei em comento, inclusive, porque em seu contexto assim não está descrito, veja-se, *in verbis*:

***"§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:  
Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos."***

Assim, se a intenção do legislador era de que o mencionado tipo penal tivesse aplicação apenas quando o delito fosse praticado contra "mulher", certamente os ofendidos estariam definidos pelo gênero feminino e não pelo



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**

masculino, como assim restou: "...*ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro...*".

Ressalte-se, outrossim, que a despeito de a Lei Maria da Penha haver sido introduzida no ordenamento jurídico para tutelar as desigualdades encontradas nas relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, dando enfoque à mulher, não se esqueceu dos demais agentes destas relações que também se encontram em situação de vulnerabilidade, como os portadores de deficiência, a exemplo do § 11 do artigo 129 do Código Penal, também alterado pelo referido certame.

Outrossim, infere-se que o desejo do legislativo era tipificar com reprimenda mais grave as lesões corporais praticadas no âmbito das relações domésticas, fosse a vítima homem ou mulher, sendo certo que, nos casos em que a vítima for mulher, além da reprimenda mais severa incidirão também as consequências da Lei nº. 11.340/06, a saber: **não aplicação dos institutos benéficos da Lei nº. 9.099/95, possibilidade de retratação da vítima apenas perante o Juiz, medidas protetivas, dentre outras.**

Nesse sentido é o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça:

*"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. LESÃO CORPORAL PRATICADA NO ÂMBITO DOMÉSTICO. VÍTIMA DO SEXO MASCULINO. ALTERAÇÃO DO PRECEITO SECUNDÁRIO PELA LEI N. 11.340/06. APLICABILIDADE. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO DESCRITO NO ARTIGO 129, CAPUT, C/C ART. 61, INCISO II, ALÍNEA "E", DO CÓDIGO PENAL. NORMA DE APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA.*

*CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO IMPROVIDO.*

*1. Não obstante a Lei n. 11.340/06 tenha sido editada com o escopo de tutelar com mais rigor a violência perpetrada contra a mulher no âmbito doméstico, não se verifica qualquer vício no acréscimo de pena operado pelo referido diploma legal no preceito*



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**

*secundário do § 9º do artigo 129 do Código Penal, mormente porque não é a única em situação de vulnerabilidade em tais relações, a exemplo dos portadores de deficiência.*

*2. Embora as suas disposições específicas sejam voltadas à proteção da mulher, não é correto afirmar que o apenamento mais gravoso dado ao delito previsto no § 9º do artigo 129 do Código Penal seja aplicado apenas para vítimas de tal gênero pelo simples fato desta alteração ter se dado pela Lei Maria da Penha, mormente porque observada a pertinência temática e a adequação da espécie normativa modificadora.*

*3. Se a circunstância da conduta ser praticada contra ascendente qualifica o delito de lesões corporais, fica excluída a incidência da norma contida no artigo 61, inciso II, alínea "e", do Código Penal, dotada de caráter subsidiário.*

*4. Recurso improvido."*

**(STJ - RHC 27.622/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2012, DJe 23/08/2012)**

Outrossim, embora o laudo da perícia traumatológica descreva a presença de lesões de natureza leve (fl. 55), a conduta apontada na peça inaugural é qualificada pelo grau de parentesco do autor do fato com a vítima, que se prevaleceu das relações domésticas para praticá-la, razão pela qual impõe à norma penal uma reprimenda mais severa que a do *caput* do art. 129, ou seja, de 03 (três) meses a 03 (três) anos.

Em seu art. 60<sup>1</sup>, a Lei 9.099/95 afirma que os juizados especiais criminais têm competência para o julgamento e execução das infrações de menor potencial ofensivo, considerando daquela natureza as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 02 (dois) anos, cumulada ou não com multa (art. 61<sup>2</sup>).

Desse modo, em sendo a sanção máxima prevista para o delito em comento superior ao lapso temporal estipulado pela Lei dos Juizados

<sup>1</sup> Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. (Redação dada pela Lei nº 11.313, de 2006)



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**

500  
\*

Especiais para a definição de sua competência, ressoante-se desta o Juízo Suscitante para decidir o presente feito, a qual está afeta ao Juízo Suscitado, a saber a 1ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru.

Com esses fundamentos, **voto pela procedência do presente conflito, para reconhecer a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca da Caruaru para julgar o processo-crime nº. 0010019-18.2012.8.17.0480.**

Recife, 13.03.2013

*Cláudio*  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**

<sup>2</sup> Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa. (Redação dada pela Lei nº 11.313, de 2006)